

**CÂMARA TÉCNICA DE INTEGRAÇÃO DAS BACIAS HIDROGRÁFICAS E DOS SISTEMAS
ESTUARINOS E ZONA COSTEIRA - CTCOST
DO CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS - CNRH
ATA DA 1ª REUNIÃO**

Data: 1º de fevereiro de 2006

Local: Mini auditório da Secretaria de Recursos Hídricos do Ministério do Meio Ambiente.

Início: 9h20

Término: 16h30

REPRESENTANTES:

- Ministério dos Transportes: Paulo Ho (paulo.ho@transportes.com.br)
- Ministério do Meio Ambiente – SRH: Julio Thadeu Silva Kettelhut (julio.kettelhut@mma.gov.br)
- Ministério do Meio Ambiente – ANA: Joaquim Gondim (joaquim@ana.gov.br)
- Ministério do Meio Ambiente – SQA: Ademilson Zamboni (ademilson.zamboni@mma.gov.br)
- Ministério de Minas e Energia: Vanessa Maria Mamede Cavalcanti (vanessa@dnpm.gov.br)
- Ministério da Integração Nacional: José Luiz Miranda de Almeida (joseluizmiranda@yahoo.com.br)
- Ministério da Ciência e Tecnologia: Maria Cordélia Soares Machado (mmachado@mct.gov.br)
- Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca: Marcelo Sampaio (marcelo@seap.gov.br)
- Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos – MG/ES: Rogério da Silva Lages (rlages@iema.es.gov.br)
- Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos – SP/RJ: Lina Maria Aché (sma.linaa@cetesb.sp.gov.br)
- Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos – CE/BA: Eduardo Farias Topazio (efarias@srh.ba.gov.br)
- Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos – PI/SE: Tania Maria Cardoso de Rezende (tmcrezende@seplan.se.gov.br)
- Hidroviários (Portuários): não compareceu
- Usuário/Indústria: Marco Antonio Ramos Caminha (mcaminha@fiesp.org.br)
- Comitês, Consórcios e Associações Intermunicipais de Bacias Hidrográficas: Rosa Maria Mancini (cbhln@pratica.com.br)
- Organizações Não-Governamentais: Andréa Paula de Carestiatto Costa (acarestiatto@uol.com.br)
- Organizações Técnicas e de Ensino e Pesquisa: Thereza Christina de Almeida Rosso (rosso@uerj.br)

CONVIDADOS:

- Ana Paula Leite Prates (SBF/MMA) – ana-paula.prates@mma.gov.br
- Antonio J. G. Moreira (Marinha) – ema11@brturbo.com.br
- Beatriz Barcelos (Elabore Consultoria) – beatriz@elabore.com.br
- Carlos Eduardo Nascimento Alencastre (CBH-Pardo/SP) – comitepardo@serhs.sp.gov.br
- Cristianny V. T. Gisler (ANA) – cristianny@ana.gov.br
- Christina Elizabeth Paes de Vasconcelos (MME) – christina@mme.gov.br
- Gerson R. Narcizo (Ministério do Planejamento) – gerson.narcizo@planejamento.gov.br
- Gilberto Ruy Derze (DNPM/MME) – derze@dnpm.gov.br
- Henrique Llacer Roig (Sec. Geologia e Mineração/MME) – henrique.roig@mme.gov.br
- J. Alberto de Almeida (Dnocs) – beto.almeida@dnocs.gov.br
- Jean Franco Schmitt (COGMAR/DIDAC/SEAP) – jfschmitt@seap.gov.br
- João César de F. Pinheiro (DNPM/MME) – joao.cesar@dnpm.gov.br
- João Luiz Nicolodi (Gercom/PGT/MMA) – joao.nicolodi@mma.gov.br
- Leonardo Julian Rodrigues Klosovski (SRH/MMA) – leonardo.klosovski@mma.gov.br
- Luciano Meneses Cardoso da Silva (ANA) – lmeneses@ana.gov.br
- Luiz Carlos S. S. Rodrigues (BNDES)
- Luiz Molle (Petrobras/MME) – luizmolle@petrobras.com.br
- Maria Aparecida Pimentel Vargas (CFLCL/CEIVAP/AGEVAP) – vargasma@terra.com.br
- Maria de Fátima Paiva (Codevasf) – maria.paiva@codevasf.gov.br
- Ninon Machado de F. Leme Franco (Instituto Ipanema/FBOMS) – ninonmachado@terra.com.br
- Oneida Freire (Ministério do Turismo) – oneidafreire@brturbo.com.br
- Raquel Cristina B. V. Pontes (Dnocs) – raquel.cristina@dnocs.gov.br
- Roberto Alves Monteiro (SRH/MMA) – roberto.monteiro@mma.gov.br

RELATORIA:

- Rachel Landgraf de Siqueira – SRH/MMA – Tel: (61) 4009-1007 (rachel.siqueira@mma.gov.br)

ASSUNTOS DISCUTIDOS:

No dia 1º de fevereiro de 2006, com início às 9h20, a Câmara Técnica de Integração da Gestão das Bacias Hidrográficas e dos Sistemas Estuarinos e Zona Costeira – CTCOST do Conselho Nacional de Recursos Hídricos – CNRH realizou sua 1ª reunião em Brasília/DF, convocada há 12 dias, tendo como relatora a Sra. Rachel Landgraf de Siqueira, da Secretaria Executiva do CNRH. **Item 1 – Abertura e apresentação dos membros da câmara técnica.** O Sr. João Bosco Senra, Secretário de Recursos Hídricos do Ministério do Meio Ambiente – MMA e Secretário Executivo do CNRH, saudou a todos, lembrando que esta câmara possui uma importante história de criação, pois foi fruto de grande esforço do Fórum Nacional de Comitês de Bacias Hidrográficas. Todos os envolvidos no processo já fazem parte, há algum tempo, da construção dessa integração (Política Ambiental com Política de Recursos Hídricos), prevista na Lei nº 9.433/97. Para o Sr. João Bosco, os trabalhos a serem desenvolvidos pela CTCOST serão primordiais para o detalhamento operativo dos Programas contidos no Plano Nacional de Recursos Hídricos, aprovado pelo CNRH no último dia 30 de janeiro, o que torna a presença de todos os segmentos que compõem o CNRH, mesmo os convidados, sempre muito bem vinda. O Sr. Julio Tadeu Silva Kettelhut, Conselheiro representante do MMA e Diretor de Projetos e Articulação da Secretaria de Recursos Hídricos – SRH/MMA, expressou a satisfação em participar do início dos trabalhos que, segundo ele, contribuirão para o aperfeiçoamento da regulamentação da Lei nº 9.433/97, paralelos às atividades das demais câmaras técnicas desse Colegiado. Antes de passar para o próximo item da pauta, o Sr. Julio falou sobre o funcionamento da Secretaria Executiva do CNRH, das outras 9 câmaras técnicas e do plenário (Regimento Interno), a fim de promover uma condução uniforme dentro do Conselho Nacional: competências; formas de deliberação; participação de representantes e convidados; conduta da presidência; penalidades para faltas; meios de comunicação; e grupos de trabalho. Por fim, ressaltou que todos têm direito à voz e o voto é evitado, buscando, assim, o consenso que atenda a todos os interesses. Nesse sentido, mesmo não estando como membro oficial na CTCOST, o Sr. Antonio Moreira, Conselheiro representante do Ministério da Defesa, entregou à mesa condutora da reunião um artigo como contribuição inicial aos trabalhos: “Atribuições e responsabilidades da autoridade marítima na zona costeira”, o qual “faz um levantamento da legislação incidente sobre as principais atividades desenvolvidas na Zona Costeira - correlaciona essa legislação com as atribuições e responsabilidades da Autoridade Marítima e apresenta proposta de diretrizes consolidadas para os representantes da Autoridade Marítima”. O Conselheiro colocou-se à disposição da câmara para futuros esclarecimentos. Passou-se, então, para uma rodada de apresentações de todos os presentes. **Item 2 – Eleição para presidência da câmara técnica.** Para a eleição, foi aberta a palavra aos interessados. Por indicação dos Srs. Andréa Carestiatto, Carlos Alencastre e Julio Thadeu, e apoio de demais representantes, a Sra. Rosa Mancini, Secretária Executiva do CBH – Litoral Norte/SP, foi convidada a assumir a presidência, para a qual aceitou. Não houve manifestação de interesse de outros membros da CTCOST. A Sra. Rosa Mancini, que desde 2002 vem participando de debates e oficinas de trabalho sobre a integração das políticas, agradeceu a confiança depositada e deu continuidade à Ordem do Dia. **Item 3 – Apresentações.** **1 - Gerenciamento Costeiro e Marinho no Brasil** (anexa a esta ata), por Ademilson Zamboni, coordenador do Programa Nacional de Gerenciamento Costeiro – GERCO, cujo objetivo é operacionalizar o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro - PNGC, com o propósito de planejar e gerenciar, de forma integrada, descentralizada e participativa, as atividades socioeconômicas na zona costeira, de forma a garantir a utilização sustentável, por meio de medidas de controle, proteção, preservação e recuperação, dos recursos naturais e ecossistemas costeiros. O programa está no âmbito da Secretaria de Qualidade Ambiental nos Assentamentos Humanos – SQA do MMA. Foram abordados: marcos importantes para o gerenciamento costeiro do Brasil; área de abrangência; articulação política e institucional na esfera federal para a condução do PNGC; os instrumentos de gestão costeira; aplicação dos instrumentos de ordenamento; ações da SQA na gestão costeira (Projeto Orla / Programa de Avaliação do Potencial Sustentável de Recursos Vivos na Zona Econômica Exclusiva – REVIZEE / Mapeamento de Sensibilidade Ambiental para Derramamentos de Óleo na Zona Costeira e Marinha - Cartas SAO / Agenda Ambiental Portuária / Macrod diagnóstico da zona costeira / e Sistema de Informações do Gerenciamento Costeiro e Marinho - SIGERCOM); as bases legais para a convergência das políticas de Zona Costeira e Recursos Hídricos; e planos de integração. Ao fim da apresentação, o Sr. Zamboni fez esclarecimentos. A Sra. Thereza Rosso chamou a atenção para a diferença que existe, entre Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE e PNGC, sobre a definição do número de municípios na zona costeira. Para o IBGE são cerca de 500, já para o Plano são 385. O Sr. Zamboni

explicou que a uniformização de dados é pauta atual, pois foram percebidos regras diferentes para os cortes territoriais. Para o Plano foi usado o limite político dos municípios. É bom lembrar que para o gerenciamento de bacias hidrográficas não funciona esse princípio. Já o IBGE trata dos municípios costeiros sob uma série de indicadores, os quais nem sempre se aplicam ao processo de gestão ambiental. O Sr. Eduardo Topázio questionou sobre o estágio atual da aplicação das metas do PNGC nos estados e sobre quem executa as Cartas Temáticas. Sobre as cartas, o Sr. Zamboni disse que cabe ao MMA a responsabilidade na identificação, localização e definição dos limites das áreas ecologicamente sensíveis com relação “à poluição causada por lançamento de óleo e outras substâncias nocivas ou perigosas em águas sob jurisdição nacional”. Desta forma, a SQA preparou as “Especificações e Normas Técnicas para a Elaboração de Cartas de Sensibilidade Ambiental para Derramamentos de Óleo na Zona Costeira e Marinha”, trabalho realizado em conjunto com o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, responsável direto pelo controle ambiental e pelo licenciamento das atividades da indústria do petróleo, e a Agência Nacional do Petróleo - ANP, órgão regulador do setor petrolífero. Foram consultadas normas internacionais sobre o assunto e aproveitadas as experiências do Centro de Pesquisa e Desenvolvimento da PETROBRAS. Esse processo culminou com a validação das Especificações e Normas Técnicas para a Elaboração das Cartas SAO em um *Workshop* ocorrido no Rio de Janeiro, em dezembro de 2001, com a presença de representantes do MMA, IBAMA, ANP, Marinha do Brasil, comunidade científica, órgãos estaduais de meio ambiente, setor petrolífero e ONGs interessadas. Em março de 2002, as especificações foram submetidas à apreciação da Comissão Nacional de Cartografia - CONCAR, de acordo com a legislação em vigor, a fim de que as Cartas SAO, preparadas conforme tal metodologia, pudessem ser consideradas documentos cartográficos oficiais brasileiros, de uso obrigatório no planejamento de contingência, na avaliação geral de danos e na implementação de ações de resposta a incidentes de poluição por óleo na zona costeira e nas áreas marítimas sob jurisdição nacional. Em 2003, foram iniciadas as atividades de mapeamento, tendo sido escolhidas como piloto as bacias contíguas do Ceará e Potiguar. Nesse momento, um convênio está sendo firmado com a PETROBRAS no sentido de se ampliar o serviço “Atlas de sensibilidade ambiental ao óleo” para toda a costa brasileira, de forma não estática, e sim de constante atualização. Sobre a aplicação dos instrumentos de gestão do PNGC nos estados, o Sr. Zamboni explicou que os estados escolhem, em cada uma das áreas de interesse, quais instrumentos devem ser aplicados para uma gestão específica. Ficou acordado que seria encaminhado aos membros da CTCOST um diagnóstico já preparado sobre a aplicação dos instrumentos da política nos estados.

Continuação do Item 3 – Apresentações. 2 – Relato sobre a participação do Brasil em fóruns internacionais. O Sr. Zamboni informou que o País, em 2001, propôs um Plano Nacional de Gestão para o Controle de Fontes de Poluição Baseadas em Terra que causam Efeitos na Zona Costeira. Esse plano faz parte do Programa Global de Ação para Controle de Fontes de Poluição Baseadas em Terra para a Zona Costeira – PGA, desenvolvido sob diretrizes do *Global Environment Facilities – GEF* e veiculado por meio do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente – PNUMA em diferentes países no mundo. O Plano Nacional definia, entre outros, tipos específicos de poluentes e como eles se integravam nas bacias hidrográficas antes de chegarem à região costeira, e delimitava cinco regiões estratégicas. Com o recorte estabelecido de ação, o plano propiciou a oportunidade de trabalho com países vizinhos (Uruguai e Argentina) e acordos de micro-financeamentos. Hoje, existe uma proposta de revisão dos planos nacionais de ação, muito discutida durante a *Third Global Conference on Oceans, Coasts and Islands*, na sede da UNESCO em Paris, França, de 23 a 28 de janeiro deste ano. Observando as experiências mostradas, notou-se que os países não avançaram por não possuírem um arranjo institucional para tratar de bacia hidrográfica / zona costeira. Contudo, o Brasil despertou o interesse, principalmente do GEF, por demonstrar o potencial do país nesta área (8.500 km de costa, ao contrário dos demais que não possuem costa vasta) e o trabalho na busca da integração, inclusive com o anúncio da criação da CTCOST. Ao concluir, o Sr. Zamboni anunciou que ainda acontecerão uma série de eventos, onde o Brasil terá a chance de mostrar novos avanços e, quem sabe, garantir financiamentos.

Continuação do Item 3 – Apresentações. 3 - O Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos - SINGREH e Interfaces com o Gerenciamento Costeiro (anexa a esta ata), por Rita Cerqueira, técnica da SRH/MMA. O SINGREH foi apresentado sob três planos: arranjo político-institucional, o instrumental e sítios de articulação (instrumentos da Política Nacional de Recursos Hídricos; organismos colegiados; consolidação dos instrumentos nos estados; comitês de bacia existentes; e comitês de rios estaduais costeiros).

Continuação do Item 3 – Apresentações. 4 - 1º Encontro Nacional Temático “Gestão Integrada de Bacias Hidrográficas e da Zona Costeira”, ocorrido de 1º a 4 de agosto de 2005, em Itajaí/SC. A Sra. Rosa Mancini distribuiu um CD com todo o material referente ao encontro e relatou

que durante o evento foi feito o primeiro exercício de integração dos instrumentos das políticas de recursos hídricos e de gerenciamento costeiro. Falou das recomendações encaminhadas e que daqui para frente é aconselhável que a CTCOST se baseie nelas. O Encontro Nacional buscou caracterizar os objetivos de ambas as políticas (Recursos Hídricos / Meio Ambiente) e propor como podem conversar e se complementar (qual pode ser a estratégia para se estar trabalhando todos os instrumentos de maneira conjunta?). Segundo a Sra. Rosa, já existem alguns estados procurando estabelecer parcerias entre colegiados costeiros e comitês de bacia, a fim de somar as duas experiências e produzir instrumentos mais integrados e complementares. Após as explanações, houve manifestações sobre as expectativas dos trabalhos da CTCOST, entre elas: (SRH/MMA) – complementação e integração entre as diferentes políticas e os diversos órgãos. O grande exercício técnico será a inserção do temas ambientais na gestão de recursos hídricos. (ANA) – entre os interesses está o planejamento de integração entre os sistemas de informações; compatibilização das regras de outorga pelo uso de recursos hídricos com outras normas legais (atenção para o estabelecimento de procedimentos de outorga que tenham a influência de água salobra e salina); definição de dominialidade do corpo hídrico quando ele se insere em terreno de marinha; e resolução de conflitos entre usuários de água. (SQA e CERH/BA) – reiteraram a dificuldade de integração frente a existência de diferentes sistemas de informações que não se comunicam. A SQA externou a vontade de sempre existirem discussões de forma cordial. (OTEP) – troca de conhecimentos entre as áreas técnica e de gestão (avançar em conceitos/tecnologias/capacitação/comunicação). (ONGs) – o importante é a água ter tratamento adequado, pois mesmo o uso difuso reflete consequências que recaem sobre a sociedade. É necessária uma agenda positiva com características de transversalidade. (CERS/SP) – expectativa com a aprovação e aplicação do Plano Nacional de Recursos Hídricos, com a interface entre os instrumentos das políticas e com a resposta rápida e concreta às solicitações que a CTCOST possa receber. (MME) - a linha de atuação da câmara deve ser multidisciplinar e multi setorial, pois, embora se fale em Política de Recursos Hídricos e de Meio Ambiente, é preciso agregar outros setores governamentais, as questões da sustentabilidade e os aspectos social, cultural e econômico, sem esquecer de não se basear apenas no “achismo”, mas também em estudos técnicos. Outra questão é a integração entre Outorga e Licenciamento. Tema a ser abordado: bens minerais. (Min. Integração) – enriquecimento de conhecimento, pois o ministério executa obras de infra-estrutura hídrica. (SEAP/PR) – diálogo, transversalidade, resolução de conflitos e sustentabilidade. É necessária uma metodologia de gestão integrada e responsável. (Min. Transportes) - atenção para o sistema portuário/hidroviário, o qual realiza muitas intervenções na natureza e possui gerenciamento específico. (Indústria) – busca por um trabalho que seja coerente com a evolução do processo industrial, que tem o bem “água” como insumo básico em sua produção. (MCT) – poder oferecer as experiências obtidas com, por exemplo, os projetos “Mar” e “Antártica”. (CERH/ES) – o Espírito Santo já iniciou seu processo de integração e participar da CTCOST trará avanços para o sistema estadual. (Min. Turismo) – prever como estratégias de ação da câmara a construção de uma agenda ambiental para o turismo e a inserção do tema “integração” no Plano de Ação Federal, previsto para ser uma base comum de dados sobre as ações do Governo Federal e, futuramente, dos órgãos estaduais. (MPOG) – que se concretize a inserção da dimensão territorial no Plano Plurianual – PPA 2008/2011. Não se sabe, ainda, se o recorte será por bacia hidrográfica, bioma ou outros. Ou seja, novos programas, metas e ações poderão ser contemplados com recursos da União. (Secretaria de Biodiversidade e Florestas-SBF/MMA) – trabalho em conjunto com o Plano Nacional de Áreas Protegidas, o qual exige a integração em questão para sua efetivação na área costeira e marinha, e com o Ponto Focal da Convenção de Ramsar no Brasil (zonas úmidas, dentre elas os ecossistemas de manguezais e estuários). Após debate, foram sugeridas as primeiras ações para a construção do Plano de Trabalho da câmara. Foi dado intervalo para o almoço entre 13h10 e 14h15. **Item 4 – Plano de Trabalho da câmara técnica.** Para a próxima reunião foram recomendados: apresentação sobre o Plano Nacional de Recursos Hídricos (diretrizes e princípios; Programa 9 - Gestão de Recursos Hídricos Integrados ao Gerenciamento Costeiro; e como a CTCOST pode contribuir para o seu desenvolvimento); organização de documentos básicos de referência das políticas (SRH e SQA como responsáveis); relato do andamento das atividades do Grupo de Trabalho “Integração dos procedimentos de Outorga e de Licenciamento”, no âmbito da Câmara Técnica de Integração de Procedimentos, Ações de Outorga e Ações Reguladoras – CTPOAR/CNRH; e estudo para a organização de conceitos importantes. **Item 5 – Assuntos Gerais / Encerramento.** Foram definidos: que seria criada uma lista de discussão virtual para os membros da câmara técnica (relatora como responsável) e uma agenda prévia de reuniões para 2006 (7 de março, 4 de abril, 2 de maio, 7 de junho, 4 de julho, 1º de agosto, 5 de setembro, 3 de outubro, 7 de novembro e 6 de dezembro – preferencialmente em Brasília, podendo ocorrer em outros locais desde que julguem necessário). Nesse

momento, uma vez abordados todos os itens de pauta, a Sra. Rosa Mancini, às 16h30, agradeceu a presença e o empenho de todos e encerrou os trabalhos desta 1ª reunião da CTCOST.

Ata aprovada na 2ª reunião da CTCOST, em 7 de março de 2006.

Rosa Maria de Oliveira Machado Mancini
Presidente da CTCOST

Rachel Landgraf de Siqueira
Relatora da CTCOST